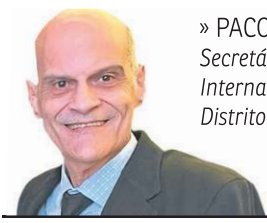


PENSAR: FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

O Fundo Constitucional do DF e o risco à diplomacia



» PACO BRITTO
Secretário de Relações
Internacionais do
Distrito Federal

A proposta de alterar o critério de reajuste do fundo, substituindo a Receita Corrente Líquida (RCL) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pode levar a uma redução significativa de recursos. Essa revisão, colocada em pauta novamente, desconsidera o consenso alcançado em 2023, quando, após intenso debate, os recursos foram mantidos.

Brasília abriga embaixadas, consulados e escritórios de organismos internacionais que dependem de serviços públicos de qualidade para operar eficazmente. Um corte no fundo comprometeria a segurança pública, uma das áreas mais sensíveis para essas representações. A proteção diplomática, o policiamento ostensivo e a capacidade de resposta rápida a emergências são cruciais para a confiança das nações representadas no Brasil. Qualquer enfraquecimento nesse sistema pode levar a questionamentos sobre a capacidade do Brasil de cumprir suas obrigações como anfitrião da comunidade diplomática global.

Além da segurança, a redução dos serviços de saúde e infraestrutura urbana impactaria diretamente a qualidade de vida dos diplomatas e de suas famílias. A percepção de que Brasília não oferece condições adequadas para acolher representações estrangeiras pode levar à redução de operações ou até mesmo ao afastamento de representantes internacionais. Isso afetaria não apenas as relações diplomáticas, mas também a dinâmica de comércio exterior e cooperação internacional, áreas cruciais para

o desenvolvimento do país.

Ao retomar um tema já amplamente debatido e resolvido em 2023, o governo federal transmite um sinal de instabilidade. A proposta de revisão do FCDF reflete um descompromisso não apenas com os moradores do DF, mas também com as responsabilidades internacionais do Brasil. Personalidades públicas, como o ex-presidente José Sarney, já destacaram que o fundo é uma "causa nacional" e que preservá-lo é essencial para garantir a funcionalidade da capital e a estabilidade do país. Tal revisão, além de prejudicar serviços essenciais, representa uma afronta ao status de Brasília como símbolo de modernidade e unidade nacional.

Brasília é mais do que a capital do Brasil; é o coração diplomático do país e uma das poucas capitais planejadas do mundo. A deterioração de seus serviços públicos envia ao mundo uma mensagem de descaso e falta de compromisso com as responsabilidades de um ator global. O corte no Fundo Constitucional ameaça essa imagem e pode enfraquecer a posição do Brasil como potência emergente e líder regional.

O governo federal precisa reavaliar essa proposta, considerando não apenas os impactos locais, mas também as repercussões globais. Proteger Brasília não é apenas uma questão administrativa; é uma estratégia essencial para garantir a influência e o respeito do Brasil no cenário internacional.

O DF é da Gente 2: pela manutenção do Fundo Constitucional



» DÉLIO LINS E SILVA JR.
Presidente da Seccional do Distrito
Federal da Ordem dos Advogados do
Brasil (OAB/DF)

Diante de nova ameaça aos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), a Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF) relança a campanha *O DF é da Gente*. A decisão, tomada por unanimidade em nosso Conselho Pleno, é reflexo da urgência em proteger os serviços essenciais da capital federal.

O FCDF, que representa 40% do orçamento do Distrito Federal, sustenta a segurança, a saúde e a educação de quase 3 milhões de habitantes em um espaço que mantém as sedes dos Três Poderes e a representação de mais de 130 países. A proposta anunciada pelo governo federal de alterar seu reajuste em termos desfavoráveis ao que temos hoje é um ataque direto à nossa autonomia e à qualidade de vida da população.

Em 2023, já enfrentamos uma tentativa similar no debate do arcabouço fiscal e, juntos, atuando com mais entedades, a sociedade civil e políticos que abraçaram a causa de modo suprapartidário, conseguimos barrar essa ameaça. Agora, a luta se renova.

Não podemos permitir que escolas fechem, hospitais entrem em colapso e a segurança seja comprometida. A defesa do FCDF é, antes de tudo, uma questão de justiça social. E esta é a hora certa de nos unirmos, novamente, e mostrarmos ao governo federal que não renunciaremos aos nossos direitos.

Juntos, podemos garantir que o Distrito Federal continue trabalhando em prol de ser um lugar seguro, com oportunidades para todos e mais e melhor oferta de saúde pública. Portanto, assim como fizemos na primeira campanha *O DF é da Gente*, pela OAB/DF mobilizaremos a nossa sociedade civil e atuaremos no Congresso Nacional pela manutenção dos recursos.

Reforço que essa proposta apresentada pelo governo federal, por meio do Ministério da Fazenda, de modificar o reajuste do FCDF é danosa do ponto de vista econômico e nos intimida quanto à nossa autonomia política. Desse modo, ao defender o FCDF, a OAB/DF age para proteger os interesses dos cidadãos do Distrito Federal e contribuir para o fortalecimento das instituições democráticas e para a construção de um país mais justo e igualitário.

Para enumerarmos as linhas centrais de nossa argumentação em prol da manutenção do FCDF, na campanha *O DF é da Gente 2*, abordaremos, primeiramente, a sua essencialidade. Esse recurso é crucial para garantirmos a autonomia financeira e política do DF e a prestação de serviços públicos de qualidade à população.

Segundo, é uma falácia propor modificação da atual forma de correção do FCDF dizendo que se colocará aqui "em pé de igualdade, em termos de correção de valores, com o resto do país". Nós, cidadãos do DF, não somos melhores nem piores do que os demais brasileiros, mas nenhum outro local cumpre as funções, os desafios e, sim, as restrições de ser sede dos Poderes constituídos e o espaço da diplomacia, a representação de outros países.

É uma abordagem esdrúxula querer no âmbito da administração pública "igualar desiguais". O princípio que se respeita para tantas ações bem-vindas de reparações à pobreza e outras desigualdades no país, em termos do debate da cidadania, deve ser observado nas questões da administração pública. Não cabe hesitar.

Eventualmente e na hipótese absurda de essa presente proposta do governo federal prosperar, questionamos como as futuras gestões poderão mitigar a redução da capacidade do governo do Distrito Federal de atender às demandas da população.

Quando houver colapso nos serviços públicos, de que modo vão tentar atender à população e, ao mesmo tempo, equilibrar as contas aqui? Vai abrir-se exceção às regras de equilíbrio fiscal se as contas não fecharem? Claro que não! Certamente, não cortar serviços da população!

Quando as representações dos países aqui estabelecidas se depararem com o aumento da insegurança, diremos o quê? Que tivemos de cortar recursos e que eles nos compreendam por não oferecermos o devido atendimento ao mínimo necessário para o atendimento das suas funções?

Como se vê, há diversos elementos que, logo de início de conversa, fazem cair por terra a proposta do Ministério da Fazenda, e há razões de sobra para nos unirmos, como fizemos na campanha *O DF é da Gente*, ultrapassando quaisquer divergências.

Esse é um movimento de cidadania do DF, partidário, que temos de fazer contando com todos que estão, como a OAB/DF, alertas pelo que representa o FCDF e a necessidade de sua preservação. A batalha que se inicia pela sua manutenção é por um futuro melhor para todos, no DF e no país que representamos.



O desequilíbrio, o jogo político e o risco para Brasília



» VALDIR OLIVEIRA
Ex-secretário de
Desenvolvimento Econômico do
Distrito Federal

governo do Distrito Federal deve procurar sempre um alinhamento com o governo federal, sem se submeter a um alinhamento político — afinal, vivemos numa democracia, mesmo que alguns não entendam a importância do regime democrático e permitam ou apoiem propostas de golpe de Estado em pleno século 21.

Quando temos governos politicamente divergentes, deve imperar o interesse público e o equilíbrio de seus líderes. Afinal, se o peixe morre pela boca, o homem morre pela língua. As disputas políticas devem ficar de fora da construção da sustentabilidade de Brasília e dos debates sobre o FCDF.

O momento não é de enfrentamento, mas de equilíbrio e muita conversa, premissa básica de um regime democrático. Não é hora de arroubos e verborragias, porque isso colocará interesses pontuais acima dos interesses de Brasília. Levar esse debate para o campo da disputa pessoal ou do enfrentamento com culpa de alguém é colocar interesses pontuais e políticos acima dos interesses da nossa sociedade.

Tão importante quanto a manutenção do FCDF é a sua transparência. Se a sociedade brasileira está sustentando o Fundo Constitucional, precisamos nos assegurar de que seus gastos sejam aplicados de forma adequada. Se os recursos estão vinculados às despesas de segurança, saúde e educação, é imperiosa que sua aplicação seja assim assegurada, impedindo que os cidadãos fiquem desassistidos pelas políticas respectivas.

Sabemos das vulnerabilidades do sistema de saúde do Distrito Federal, seja pelo não

atendimento ao cidadão, seja pelos desvios anunciados pelas páginas policiais, de forma recorrente. Assim, esses recursos devem ser auditados de forma a garantir que estejam cumprindo seu papel. Difícil compreender que temos aproximadamente R\$ 24 bilhões anuais do FCDF dedicados a essas pautas e ainda somos surpreendidos com notícias de larvas sendo servidas na merenda escolar para nossas crianças em escolas públicas de Brasília. Vamos lutar pela existência do FCDF e pela sua boa aplicação.

É hora de união por Brasília e transparência para o Brasil. A preservação do Fundo Constitucional do Distrito Federal é fundamental para que Brasília continue cumprindo seu papel de capital do país. Todos nós, independentemente de ideologias ou cores partidárias, temos a obrigação de lutar pelo FCDF. Ainda mais, devemos lutar pela transparência e auditoria nos seus gastos, para compreender por que, apesar do significativo montante, ainda convivemos com vulnerabilidades no atendimento nas políticas públicas básicas de saúde, segurança e educação.

Se exigimos do povo brasileiro a existência do FCDF, devemos ser transparentes com sua execução, assim como no combate à eventual má utilização desses recursos. O governo federal e o do Distrito Federal devem dar as mãos na defesa do povo de Brasília e dos interesses da sociedade, porque essa é a grande missão de um governo. Afinal, governo que não atende às pessoas, não serve para ser governo. Juntos por Brasília, sempre.